



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – M' BOI MIRIM
LOCAL: RUA GUILHERME VALENTE, 131 – JD. VERGUEIRO
DATA: 04 DE JULHO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos.

Presidindo a 12ª Audiência Pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo.

Registro a presença dos Srs. Vereadores membros da Comissão: Gilson Barreto, na presidência; Paulo Frange, Relator do projeto; Milton Leite e José Police Neto.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde 23 de junho de 2015, no jornal *Diário de S.Paulo*, no dia 02/07/2015 e *Folha de S.Paulo*, no dia 03/07/2015.

A presente audiência pública tem como objetivo o Projeto de Lei 272/2015, que trata da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, também chamada de Lei do Zoneamento, que reúne um conjunto de regras que vão definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade, em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei Municipal 16.050/2014, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, exatamente para a sua análise e debate, que é a razão primordial desta audiência, haja vista a possibilidade da contribuição dos munícipes, tendentes a melhorar a formatação da norma que será votada.

Além das audiências públicas, a população poderá acompanhar as discussões através da TV Câmara São Paulo, canal 61.4, TV digital e 13, Net, no *link* Auditórios On-Line, ou apresentar contribuições, por escrito, no *hotsite*, www.camara.sp.gov.br/zoneamento.

Durante a audiência, os interessados em se manifestar ou apresentar sugestões, por escrito, deverão se cadastrar através dos computadores, disponibilizados junto à secretaria dos trabalhos e receber seus respectivos protocolos.

Na presente audiência será discutida, especificamente, a região de M'Boi Mirim. Informo que a presente audiência pública terá duração de até três horas. A exposição do

projeto será feita por autoridade do Executivo, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, nos termos do artigo 86, § 5º, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

A exposição do projeto pelos Vereadores presentes, até 90 minutos para ouvir as pessoas que desejarem se manifestar sobre o debate, dispondo de até três minutos, nos termos do artigo 86, parágrafo 5º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo. No final, haverá, se necessário for, algumas explicações.

Caso qualquer pessoa se desvie do assunto – o que não haverá necessidade, tenho certeza – o Presidente poderá solicitar que essa pessoa retorne ao assunto, nos termos do artigo 86, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

Como já mencionado, eventuais manifestações escritas ou documentos poderão ser protocolados digitalmente, através do *hotsite* www.camara.sp.gov.br/zoneamento, o qual poderá ser acessado através do próprio site da Câmara Municipal de São Paulo, sem prejuízo da possibilidade de entrega de documentos em papel na própria Câmara, na secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, sala 213-A/B.

Não será permitida cessão de tempo de palavra de uma pessoa para outra.

Aos interessados em manifestar-se, informo que as inscrições estarão abertas a partir de agora.

Registro a presença do Vereador Reis.

Convido a Sra. Tânia Ciquini, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para tomar assento conosco, a quem dou a palavra para que faça uma exposição do projeto em pauta.

A SRA. TANIA CIQUINI – Bom dia a todos, farei uma rápida apresentação do PL 272, que trata do zoneamento, complementa o Plano Diretor e tem como principal diretriz a compreensão territorial, uma simplificação da lei e a participação popular.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. TANIA CIQUINI – A compreensão do território foi dada em três partes: as de transformação, que são as áreas que podem ser adensadas, próximas ao transporte de massa, aqui no M'Boi é nesta parte; as de qualificação são as que já têm habitação, pretende-se qualificar essas áreas; as de preservação, são áreas próximas da represa. Esses três territórios foram destrinchados em zonas, formando este desenho.

A participação popular está dividida em três partes, nós recebemos cerca de sete mil propostas para toda Cidade, que foram analisadas pelos técnicos da SMDU.

A simplificação da lei foi dada de uma forma, pois a lei vigente hoje tem três partes, em que nós propusemos que seja em uma parte, só um mapa, de forma que todas as quadras sejam unificadas num mesmo quadro. Nós propusemos a revogação de 51 leis para se chegar a um PL com 156 artigos.

Um dos principais objetivos são as ZEIS, já demarcadas no Plano Diretor. No território de M'Boi vemos que há muitas ZEIS1. Uma das diretrizes será ordenar o adensamento que será próximo ao transporte de massa, que aqui fica na Estrada do M'Boi, entre os terminais Guarapiranga e Jardim Ângela, assim como melhorar a mobilidade urbana com as ferramentas de alargamento de calçadas, exigência do número mínimo de vagas para bicicletas, redução na exigência de vagas de automóveis, principalmente nos locais onde serão os eixos próximos dos transportes. Um dos incentivos também são os edifícios garagem que, em M'Boi, estão próximos à estação Santo Amaro.

Outro ponto, como a região tem bastante ZEIS1, propusemos que haja uma ZC-ZEIS, que é uma via estrutural onde já se tem comércio. Queremos incentivar também a fachada ativa, fruição pública, uso misto e hospitais escola que já existem hoje, assim como promover o desenvolvimento econômico.

Há uma região próxima ao Centro Empresarial, que é um lugar onde se prevê

geração de emprego. Nesta parte rosinha, pode ser uma área de operação urbana, que é o arco Jurubatuba, da Macroárea de Estruturação Metropolitana.

No item agenda ambiental, propusemos cota ambiental, pois hoje só há taxa de permeabilidade, que é de 15% do lote. Com a cota ambiental nós visamos a atenuação das ilhas de calor, melhoramento da drenagem e proteção da biodiversidade, através de elementos como arborização, piso drenante, dentre outros.

Estes são os perímetros ambientais e as áreas verdes, para as quais propomos uma nova definição e novo regramento de contrapartida ambiental.

Aqui há duas propostas que apareceram muito durante a nossa revisão, que foi a ampliação da ZEIS1, sobre o trecho de ZPDS, que na 13.885 tem ZPDS no meio da ZEIS, mas a proposta é para que se torne uma ZEIS inteira.

Aqui vieram para praia azul, hoje ele é uma zona de lazer e turismo, se propõe que seja uma ZPDS, para ter maior proteção ambiental.

É isso.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Apresentada a proposta pelo Executivo, vamos passar a palavra para os vereadores da mesa e em seguida, rapidamente, para os inscritos. Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Vereador Gilson Barreto, o Vereador Relator Paulo Frange, o Vereador Reis, o Vereador Police Neto, sempre ativo nas questões de regulação de zoneamento na Cidade.

Senhoras e senhores, Vereador Paulo Frange, hoje é importante... O Vereador Gilson está dando entrevista, mas V.Exa... Nós temos que estudar algumas coisas do Plano Diretor, todos os Vereadores presente. Primeiro, que conceito. Erros, Vereador Reis, aqui na

nossa região, se eu apontar os erros que nós temos, erro técnico, erro aqui que conseguiu revogar a Lei da Gravidade no nosso zoneamento. Mas entendo, porque foi feito meio às pressas e, do jeito que está, não dá para aprovar mesmo. Está uma aberração e nós vamos corrigir o que tiver de ser corrigido na Câmara Municipal de São Paulo. Não dá para fazer um zoneamento azarando o povo da M'Boi Mirim e região. Nós não vamos permitir isso, Vereador Reis. Vamos mostrar isso claramente aqui agora.

Primeiro, do conceito. Já põe a Estrada do Riviera. Do conceito, como está aqui a lei, depois que aprovar a gente não vai entender. A Secretaria criou uma sopa de letras. Vocês não vão entender nunca o que é isso. Bota ZEIS, ZOC, ZUS, ZOE, ZER; a sopa de letras que tem aqui, gente, vocês nunca vão entender o que pode e o que não pode. Olhem aqui: ZC, ZCA, ZEUS, ZC, ZCZEIS, ZECOR, ZECOR 1, 2 e 3, ZECOR A, ZM. Tem mais umas trinta letras. Como é que vocês vão entender isso? Como é que o povo vai entender isso? Não vai entender, Vereador Paulo Frange.

Conversava com Vereador Police Neto agora e dizia o seguinte: nós temos dois modelos, o que é dentro da bacia de proteção dos mananciais e o que é fora da bacia de proteção dos mananciais: uso residencial estrito, misto e uso diverso. Mais do que dizer isso, é preciso definir em leis o que as pessoas podem e não podem, a tipicidade. Como é que pode? Pode lojinha aqui? Pode açougue? Especificar na planta, ele pega a planta e lê: aqui pode açougue, aqui pode sapataria, aqui pode ter comércio, aqui pode ter residência, aqui pode ter prédio até 20 metros.

Como está hoje, Vereador Paulo Frange, eu vejo dois problemas. Na questão ambiental, Vereador Reis, não foi observada a Lei que nós fizemos na Assembleia Legislativa, o Estado fez, a lei de proteção da bacia de contribuição dos mananciais Guarapiranga e, na mesma região, a Represa Billings. Tem coisas que nós devemos claramente ajustar, e a gente vai começar a mencionar alguns, Vereador Gilson, que é preciso fazer as mudanças necessárias.

Primeiro, eu entendo que claramente não foram observadas essas duas leis, de Guarapiranga e de Billings, que foram feitas duas leis específicas para cuidar dos mananciais. Já tem uma lei de diretrizes dos mananciais, ou seja, ela já foi feita, foi feita uma centena de audiências públicas e não foi observada a lei, e nós vamos mostrar aqui por quê.

No critério de implementação da lei, o que mais preocupa a nossa região são as chamadas ZEIS. Pegaram diversas regiões fora dos mananciais. Eu vou dar um exemplo: Chácara Santana. Aquela região já está totalmente consolidada, totalmente acertada, não tem mais o que fazer, as pessoas estão morando, está tudo pronto. Aí botaram ZEIS. O Vereador Police disse aqui e eu reafirmo: vocês aqui não podem fazer mais nada, estão condenados a ser discriminados para baixo. Por quê? Já está consolidado aquilo, o bairro está totalmente... Jardim das Flores é um bairro totalmente consolidado, não tem mais nada a ver com ZEIS. ZEIS é Zona Especial de Interesse Social, é para construir apartamentinho aqui, como esses, ou aquela que tem ocupação, ou que tem uma favela, que precisamos destinar terreno para habitação popular. Não é mais, não tem mais o terreno, o bairro já está adensado. Olhem lá, essa mancha marrom claro, fizeram de toda a região da M'Boi Mirim, um bairro consolidado... Não é que nós sejamos contra. Eu sou favorável à ZEIS onde tem terrenos.

Por exemplo: a Estrada do Guavirituba, lá em cima, Estrada da Baronesa, dos dois lados, é área de manancial, mas tem terreno ZEIS 4. ZEIS 1, onde está aquela ocupação dos morros, atrás da Nova Arcádia, precisa ser feita. Na Chácara do Bombeiro, Estrada do Funcionário Público, precisa ser feita. Lá é ZEIS1 e ZEIS 4; a 4 é terreno vazio e a 1, onde já tem ocupação que precisa ser regulamentada.

Essa mancha mais amarela que aparece aí é tudo uma ZEIS. Dá uma olhada no tamanho do que nós estamos chamando de ZEIS. Não sobrou nada. O comerciante... Por que eu estou me insurgindo? O que eu estou propondo, Relator? Que nessas regiões, como é feito na zona de corredores, Zecor, pelo menos em algumas partes delas nós salvemos as avenidas, os corredores, assim como nós fizemos exceção para corredores em Santo Amaro.

Santo Amaro, tem lá a Rua São Benedito, São Bento, uma das duas. O que foi feito lá? Foi feita uma exceção de um corredor que é uma ZER, Zona Essencialmente Residencial, e botaram um corredor comercial lá. Por que não fazer o mesmo conceito em algumas ZEIS que demandam? Por que temos que azarar a vida de todos aqueles que estão na M'Boi Mirim, nessa mancha só de ZEIS? Nós não podemos fazer mais nada. ZEIS é aquela área que ou espera o Estado fazer um prediozinho como este aqui, ou nós perdemos o terreno. O morador, o comerciante não regula, não vai ter regulamentação, ele não pode nada lá dentro. O nome já diz, é habitação de interesse social, principalmente a ZEIS 1. Quer dizer, é um carimbo na nossa testa que não vão nos dar isso aqui. Nós precisamos corrigir. Nós somos favoráveis nas regiões que demandam ZEIS. As que não são, que já estão consolidadas... Os prédios do Parque América, lá em cima na Estrada do M'Boi Mirim, colocaram como ZEIS. Como é que é um negócio desses? Nós não podemos aceitar.

Agora eu vou começar a mencionar especificamente o que tem aqui. Na Avenida Guarapiranga com Estrada do Riviera nós colocamos como Zecor. O que nós entendemos que tem que ser modificado é um Zecor A por um ZC A, porque é uma zona de corredor. É aquilo que nós estamos propondo. Não dá para nós modificarmos isso. Não dá para isso ficar com está.

Na divisa da linha de manancial – isso é para o pessoal da Secretária -, aí é um erro técnico. Presta atenção.

Veja o que foi feito, Vereador Gilson. Deixa complementar o mapa para eu apontar o erro que nós identificamos. Nós fizemos a sua proposição de mapa a e divisão de linha de mananciais. Aqui é para vocês entenderem o que está acontecendo. Não vai dar para aceitar, Vereador Reis, nós vamos ter que modificar. Olhe o que foi feito aqui. Está vendo essa linha aqui que ele está mostrando? É a linha de divisão dos mananciais.

O que é manancial? A partir de onde a água da chuva cai e vai para a represa é manancial. É essa linhazinha ali. Então não é a Secretaria que vai fazer isso, é a gravidade, é

onde a água contribui para o manancial, ela vai para o manancial. Onde vai para o Rio Pinheiro não é manancial, é urbano. O que eles fizeram para cá, fora do manancial? Chamaram tudo de quê? Olhem aqui, onde está aquela seta vermelha lá em cima, Estrada do Riviera, chamaram de zona urbana onde é manancial, e o contrário, onde é manancial, chamaram de urbana. Ou seja, azarou a vida do povo lá. Onde é urbano, fora do manancial, chamaram de manancial. Olhem lá, zona urbana. Daqui para cá é manancial, da linha para cima, e daqui para cá é urbano.

Então não dá para aceitar a inversão de valores que fizeram. Onde está dentro de manancial é A, que é ambiental, e fora do manancial é U, que é urbano. Pegaram onde está a Falcão, para baixo... Eu não sei como conseguiram fazer isso. Pegaram a linha de manancial modificaram a lógica dela. Não dá para ser assim. Está errado. É erro e não dá para nós admitirmos esse tipo de mudança. Nessa linha, Jardim Figueira Grande para lá, é manancial; para cá não. E lá está urbano. Como é que trataram isso?

São coisas que nós vamos corrigir na Câmara. Hoje é a primeira audiência pública, nós temos que fazer mais. O pessoal da Secretaria há de entender que essas mudanças todas nós vamos ter que fazer para não prejudicar, Vereador Gilson. Não é mudança que eu quero. São contribuições técnicas que têm de ser feitas. A mudança política é essa mancha marrom. Aquele bairro que nós estamos vendo meio amarelado é bairro totalmente consolidado, já não é mais ZEIS. Não dá para fazer um conjunto habitacional nessas áreas. Não tem mais terreno, não tem mais nada. Vou ficar azarando a vida de quem está lá, para fora do manancial e dentro do manancial? Quando muito aquilo é zona mista de uso diverso, inclusive residência, mas é totalmente consolidado, não tem mais o que fazer lá. Olhem o que tem de zona mista na nossa região, esse cinza mais claro: quase nada. Então não dá. Essa é a zona mista que nós temos na região, pouca coisa.

Eu quero propor o seguinte, Vereador Paulo, para nós, da Câmara. Esse negócio de zoneamento é um negócio sério, não dá para fazer uma audiência só. Vamos discutir isso

com o Presidente. O Presidente da Câmara começou a fazer a Câmara itinerante, Vereador Reis. O que a gente propõe? Que quando nós formos votar o zoneamento daqui, votar por subprefeitura. Ele vota na M'Boi Mirim, numa região que nós escolhermos aqui, faz a sessão da Câmara aqui. As pessoas têm que vir aqui, porque aí vão saber quem está votando e o que se está votando. Faz 31 sessões, ou aglutinativa, pelo menos, porque não dá para ficar levando o povo a toda hora para o centro da Cidade, ficar castigando, porque leva horas, horas e horas para ir. Faz a votação por região, porque aí o cidadão sabe o que vai acontecer no dia em que for votar, sabe que será prejudicado, ou acertado. É um acerto que nós estaremos fazendo entre nós, nesse dia. É uma proposta que nós temos que avaliar, já que tem a Câmara itinerante que o Presidente Donato encaminhou.

Quero apontar mais algumas incorreções, então estou encaminhando que nós temos que modificar isso. Temos que modificar, para registro, Vereador Paulo Frange, na Nova Arcádia, onde tem ZEIS 1, na verdade é ZEIS 4, é o chamado... aquele tal (ininteligível). Estrada da Baronesa, na Sadia, lá está ZPDSU, U de urbana lá na beira da Represa, praticamente dentro d'água, é a antiga ZLT, lá em cima. Não é, nunca, ZPDS U e sim A. Tem que ser corrigido, não pode ser feito.

O terreno da subprefeitura eu já falei, retirar. Na prefeitura aqui é uma atual ZPI. Quando muito lá tem que ser uma ZEU. Tanto que a sede da subprefeitura não está dentro do distrito industrial, está dentro de uma ZEU. Hoje ZEU é... É essa sopa de letras que vocês não entendem, mas a Secretaria há de entender. Precisa ser modificado.

Outro conceito que nós não tivemos na reunião, e aí eu chamo de novo, porque o Vereador Reis... Não que os outros não vão ajudar. Não foram considerados, Vereador Reis, na região os avanços que nós teremos aqui, que são os empreendimentos previstos. Por exemplo: a Estrada da Baronesa vai receber obra nova, então o zoneamento é o previsto, que é o famoso Viário Sul que nós estamos implementando agora. Não tem nada previsto aqui no zoneamento do previsto, que são aqueles empreendimentos previstos. Vai licitar e no

zoneamento não está contemplado, entendeu, Vereador Reis? Essa obra que eu lutei a vida toda aqui para fazer, o Ponte Baixo, não está prevista como modificada, como prevista a parte prevista às margens dela, as laterais dela não têm o desenvolvimento previsto para ela, ou está desconsiderado. A Carlos Caldeira Filho lá em cima e a Estrada do Guavirituba não estão como previstos dentro do projeto Viário Sul. A Estrada do Guarapiranga não está como previsto; Estrada da Baronesa, não, e o resto da M'Boi Mirim.

Como é que nós vamos fazer isso? Nós precisamos colocar esses benefícios todos previstos no desenvolvimento. Eu entendo a pressa da Secretaria. Acho que faltou diálogo, porque se tem os empreendimentos previstos, tem um novo desenvolvimento para a região. Não é possível implantar um baita corredor de ônibus, são todos corredores, e não ter nada previsto no zoneamento especificamente, que é a obra que o Prefeito está anunciando no jornal, que diz que acabou de liberar o dinheiro do PAC. Ora, se está, cadê o previsto no zoneamento? Nós temos que adequar isso e adequar ao benefício que o zoneamento permite. Então isso está errado e nós precisamos corrigir.

Essas áreas que eu mencionei, essas rua, serão alargadas, Estrada da Baronesa, Estrada da Guarapiranga, Estrada do M'Boi Mirim lá em cima, do Hospital para frente, e não tem nada do benefício previsto nela. Atrás do Boi Mirim tem área... A região prevista, está marcado como região prevista, mas os corredores previstos não estão escritos lá. Quer dizer, eu prevejo o terminal mas não prevejo o corredor. Eu faço a mancha dentro do manancial.

Vou citar mais alguns exemplos, senão só eu vou falar, e eu não quero. Todos têm que falar aqui e eu quero ouvir os demais também.

O Córrego Cerejeira precisa ser mudado, tem que retirar ZEIS e colocar ZM às margens da M'Boi Mirim, Vereador Reis, lá em cima, perto da garagem de ônibus. A garagem de ônibus foi beneficiada, o outro lado em frente que tem comerciante, não. Aquilo é zona mista ZMA, Zona Mista Ambiental, não pode ser diferente disso. Eu nunca vi. Por que perseguir tanto? A Cantina Veneta, na Estrada do M'Boi Mirim, foi tratada ZPDS U, urbana; não é, é A,

de ambiental, é região ambiental lá, não é urbana, está em cima do córrego que vai para o manancial, não pode tratar de urbano. O Córrego Cerejeiras, tirar também de ZEIS. Estrada do Funcionário Público, parte dela, de ZEIs por ZM. Atrás do CEU Vera Cruz, também ZEIS 4, por ZM, na região do Figueira Grande, retirar a maior parte, substituir as ZEIS por ZM, totalmente consolidada. Chácara Santana, Vergueiro, Novo Santo Amaro. Retirar as ZEIS por ZM.

Outra coisa, no gabarito que eles escrevem na lei, chama-se altura, onde pode construir no manancial. O previsto para nós, pela Lei Guarapiranga, é de 15 metros. Estamos prevendo 18. Entendo que seja um conflito, melhor deixar assim. Porque se mudarmos a Lei do Guarapiranga que está previsto uma adequação, podemos subir a altura do prédio e temos mais beneficiados nas ZEIS dentro de mananciais. Isso trás um ganho. Isso é um erro, eu prefiro que ele permaneça e nós correremos atrás de um avanço que podemos ter em uma mudança da Lei de Mananciais que vamos trabalhar para que ela mude. Votada a Lei de Guarapiranga, o Zoneamento, vamos trabalhar o inverso, para aumentar o gabarito que tenhamos dentro de mananciais prédios mais altos e que comportem mais pessoas já que a infraestrutura para nós é caro.

Poderia ficar discutindo aquilo que pretende fazer com a gente, de maldade, que não vamos deixar, vamos corrigir. Iremos à Câmara tantas quantas vezes necessário com o povo daqui, porque o que está aqui não dá para aceitar para o povo da nossa região. Fomos taxados de quinta linha e nós não somos.

Muito obrigado!

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Agradecemos o nobre Vereador Milton Leite. O Plano Diretor geral que dá todo o direcionamento da cidade foi aprovado. Aqui estamos discutindo o PL 272/15, Lei de Zoneamento, que fala onde poderá construir prédios, onde não poderá construir nada, onde será habitação, onde será o comércio. O que pode e o que não pode em cada região. O nobre Vereador Milton Leite deu o diagnostico do que

realmente está a região.

Esse projeto foi apresentado pelo Sr. Prefeito de São Paulo, pelo Executivo e enviado à Câmara Municipal de São Paulo para que os Srs. Vereadores possam discutir e ver o que é bom para a cidade, e aprovar. Sou Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, esse projeto veio para a Comissão. Nobre Vereador Paulo Frange é o relator. Nos dois, principalmente nessa fase - são sete vereadores – somos árbitros. Estamos aqui para ouvi-los. Inclusive quem quiser fazer uso da palavra pode se inscrever. Não somos nós que estamos apresentando. Não quero que os senhores entendam: “Ah, os Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange são bicho “papão”! É o “Maldade” que veio para cá nos atrapalhar.” Estou esclarecendo para não pareça que vim para cá atrapalhar. Existia uma vontade de fazer apenas 10 audiências públicas na cidade. Definimos fazer, no mínimo, 46. E se precisar 60, não vai ter constrangimento nenhum e vamos ter vontade de fazer.

O SR. MILTON LEITE – Nobre Vereador, concede aparte? Apenas ressaltar o trabalho de V.Exa. Eu disse que o trabalho do nosso Presidente tem de ser ressaltado. As audiências são muito importantes e que devemos fazer até mais. Estamos aqui para corrigir e ajustar. O trabalho tem de ser parabenizado e estamos aqui para corrigir e que V.Exa. contribui para corrigir as imperfeições, os erros técnicos e políticos, aquilo se for passível de correção. Daí o motivo das audiências públicas, acho que V.Exa. fez uma quantidade relativamente boa. Ressalto que a região da M'Boi Mirim clama por mais, se pudermos traremos mais. É importante que façamos mais, ainda que não seja no âmbito da Política Urbana, chamaremos outras audiências. Claro, se V.Exa. puder vir e contribuir tanto, bem como o relator do Plano que é fundamental nesse momento de observar aquilo que tem de incorreção ou imperfeição. O trabalho de V.Exa. é irreparável nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Estamos aqui, não é porque o Executivo mandou esse projeto, que a Câmara Municipal de São Paulo vai aceitar. Não é isso. São 55 Vereadores e só será votado quando tiver a contento de todos. Mesmo porque precisa da

maioria para votar. Estamos atentos a isso e há muitas incoerências nesse projeto de lei, que precisará ser revisto. Agora é de responsabilidade dos 55 vereadores desde que chegou à Câmara Municipal de São Paulo.

Passo a palavra ao nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a V.Exa., os Srs. Vereadores, e a todos os presentes. Abordarei um único tema e não vai entrar na sopa de letrinhas apresentada pelo nobre Vereador Milton Leite.

A maior inconsistência, tenho insistido isso em todas as audiências públicas, que eu reconheci no plano até agora, é que a cidade que foi construída na periferia não é reconhecida na lei. A cidade foi montada a partir da observação do tamanho dos lotes da região central. Lotes de 500, 600, 700 metros, em que você dava uma autorização para o proprietário construir uma vez o terreno sempre podendo fazer dois pavimentos. Então fazia o piso térreo, segundo andar, um lote de 500 metros, ele construía um primeiro térreo de 250, o segundo de 250, tinha uma casa muito espaçosa, com recuos laterais e recuo frontal. Quando olhamos a periferia, não precisamos ir longe, se sair aqui do Cedro, e subir a Guilherme Valente, vamos ver nos primeiros quarteirões que os lotes não tem muito mais de 150 metros. Tem 125, 115, às vezes tem 80. Por que o modelo de parcelamento de solo na periferia foi assim? Lotes menores para você permitir distribuir para mais gente, glebas maiores. E como se deu a construção? Pavimento térreo, primeiro, segundo, terceiro, às vezes chegando até o quarto andar. Essa é a construção majoritária. Lotes de 125, 130, cinco de testada, nenhum recuo lateral, frontal. Toda a construção no terreno. Um, dois, três, até quatro pavimentos. Quando a gente arrebate isso no plano, nenhum desses imóveis vai alcançar a regularidade. Pergunta objetiva: vamos jogar tudo no chão? Vai se fazer tudo de novo? A premissa inicial de se observar antes da sopa de letrinhas, é ver que cidade foi construída. A população da periferia, embora não tivesse a infraestrutura que a região central sempre teve, construiu aquilo que o Plano Diretor hoje orienta. Fala que para as regiões centrais tem de ter coeficiente quatro. O

que é coeficiente quatro? Poder construir até quatro vezes o lote. Quando observamos os imóveis construídos na periferia tem quatro pavimentos no terreno, tem o coeficiente quatro. Pegou o lote todo e construiu quatro vezes aquele terreno. No Centro pode. Aqui não pode. No Centro pede atividade econômica no térreo, fachada ativa como muito bem apresentado pela Secretaria, isso já tem na periferia. Quem não conhece os centros do bairro, que tem lá os três, quatro pavimentos já tem lá atividade econômica: a quitanda, a mercearia, a padaria, o cabeleireiro, sempre já instalado no térreo. O que a periferia não tem é o sistema infraestrutural de carregamento de pessoas, portanto, aquilo que constrói um zoneamento específico para autorizar esse coeficiente quatro que são os corredores de ônibus, as linhas de Metrô. Veja o que aconteceu? Onde você tem linha de Metrô, onde você tem corredor de ônibus, onde você tem estação da CPTM, você tem uma autorização hoje para construir como a periferia foi construída, para colocar mais gente lá. Só que onde já está construído que tem coeficiente quatro, que tem fachada ativa, que tudo isso já está posto, não pode ser reconhecido na lei. O esforço que temos de fazer para sairmos da sopa de letrinhas é trazer para a lei um pedaço da Cidade de São Paulo que já existe, reconhecer que a população que passou os últimos 20, 30 anos construindo sua casa tem de ser respeitada na lei. Aquilo que foi construído ao longo desses 20, 30 anos, ser reconhecido como um bem que a cidade fez. Ninguém deu nem a terra, nem o cimento, nem a força do trabalho dessas pessoas para construir os bairros que já estão construídos.

Concluindo, digo que o maior esforço que temos de fazer é trazer para a Legislação essa cidade real que a periferia construiu, reservando áreas infraestruturais para instalação dos equipamentos públicos não previstos. É isso que temos de garantir: qual é a zona de infraestrutura que vai receber o posto de saúde, qual a zona de infraestrutura que vai receber a escola, a creche. Esses são bairros consolidados. Muito bem dito pelo nobre Vereador Milton Leite, Chácara Santana, Jardim das Flores, Nova Santo Amaro. Todos são bairros que a população já construiu o seu predinho de três, quatro andares. E a população já reside e

trabalha. O que não pode, é para facilitar o nosso trabalho, você escrever que tudo aquilo lá é ZEIS, batizando aquilo de uma área para pobre sabendo que a população ali trabalhou muito para chegar a uma situação digna. Tem de ter a correção de dizer que essa região que se consolidou é um bairro misto sim, e não é favela, porque senão vamos continuar errando sempre.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem nobre Vereador. Parabéns pela demonstração de conhecimento.

Com a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Cumprimento, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, e todos os presentes. Quero dizer da importância dessa participação dos senhores nessa audiência pública. E realmente os termos são técnicos. As pessoas têm dificuldade em entender o que é dito aqui, mas o importante é os senhores saberem que aqui temos vários doutores nessa área e com certeza os interesses dos senhores estarão garantidos.

O que é importante nessa audiência? As pessoas falarem, vir aqui falar, fazer suas intervenções, buscando atendimento dos seus pleitos dentro dessa Lei de Zoneamento. Vivemos em uma região praticamente clandestina. As pessoas estão na ilegalidade, as pessoas querem se regularizar, as pessoas querem ter suas atividades dentro da legalidade. E essa Lei de Zoneamento é muito importante para isso. Para que as pessoas tenham nessa lei a resposta para suas demandas. O Executivo fez um processo democrático, mais de 40 audiências foram feitas para produzir esse texto que está aqui. Houve participação de mais de oito mil pessoas e agora Câmara Municipal de São Paulo pega esse texto e vem com novas audiências, discutir com a população, ouvir a população aquilo que realmente precisa estar na Lei de Zoneamento para garantir que as pessoas tenham uma cidade legalizada. Na nossa região temos um programa, um pacote viário, do prolongamento da Carlos Caldeira, até M' Boi Mirim, a duplicação da estrada da M' Boi Mirim, obras na Guavirituba, na Estrada da Baronesa, e que tem de estar contemplado dentro do Plano Diretor.

Realmente aqui tem várias regiões dentro do próprio eixo de estruturação? O eixo da M' Boi Mirim que está como ZEIS. Algumas coisas teremos de corrigir. Temos técnicos e realmente para as pessoas entenderem é muito difícil. O que é importante é que os Srs. Vereadores, o Sr. Relator Paulo Frange, Presidente Gilson Barreto, os Srs. Vereadores Milton Leite, Police Neto, possam estar ouvindo a população e, dentro daquilo que a população vem aqui expor, como adequar a Lei de Zoneamento para dar todas as respostas que precisam ser dada em nossa região, considerada pobre, onde tem quase 600 mil pessoas morando aqui, sem contar a população flutuante. Varias áreas de risco, que tem uma demanda por moradia e por regularização fundiária e que tudo isso é importante, está contemplado nesse plano a partir daquilo que se ouve de vocês.

Deixo a audiência aqui para ouvir os senhores. Não vou poder ficar até o final e desejo a todos uma boa participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Bom dia Sr. Presidente, minha fala inicialmente é para não só cumprimentar os companheiros Vereadores presentes, muito obrigado pela presença, e agradecer a todos aqueles que estão participando aqui hoje, não só vocês, mas a imprensa, TV Câmara e os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo que estão dedicando todos seus sábados e todas noites de audiências públicas a esse trabalho da Lei de Zoneamento. À Policia Ambiental, à Guarda Civil que tem nos dado suporte, muito obrigado, e a cessão desse espaço aqui pela Associação Cedro do Libano, muito obrigado por tudo.

A Lei de Zoneamento vai tratar exatamente, daquilo que o Plano Diretor disse que nós podemos tratar. Portanto, nós temos uma diretriz e, em base nela, estamos produzindo a Lei de Zoneamento. Ela não pode ser confundida com lei de anistia.

Essa Lei de Zoneamento tem uma característica diferente de todas as outras: está mais próxima da São Paulo real, ou seja, os mapas aproximaram muito daquilo que já está

instalado de uma realidade que está nos mapas.

Ainda há problemas? Com certeza. Nós temos que ouvir muito as pessoas que têm experiências naqueles locais, em cada uma das subprefeituras, mas nós enxugamos muito, em relação à Lei de 2004.

Em 2004, nós tínhamos um caderno de zoneamento, e as 31 subprefeituras tinham o seu caderno que valia somente para aquela subprefeitura.

Agora, aplicou-se uma regra democrática: o conceito que vale para M'Boi Mirim vale para a cidade inteira. Tudo o que pode no centro, pode aqui. Temos 18 zonas, portanto, temos que guardar 18 conceitos.

Antes, tínhamos uma situação absolutamente incompreensível com a Lei de 2004, que hoje está esgotada, ao ponto de chegarmos a todos esses problemas que ouvimos aqui e, como o Vereador Milton Leite falou muito bem, e o Vereador José Police Neto completou, assim como o Vereador Reis que conhece a situação falou.

Nós, agora, temos que ajustar essa São Paulo real àquilo que é o mapa que vamos aprovar e os artigos dessa lei.

O Vereador Milton Leite reclamou de uma situação real: as zonas de ZEIS estão muito grandes. Dentro dessas zonas de ZEIS há áreas ocupadas irregularmente, condomínios que ainda não têm regularização fundiária, os predinhos estão lá, mas sem regularização ainda. Parte desses conjuntos foram regularizados ao longo dos anos. Vocês se lembram do Lote Legal do Prefeito Celso Pita? (Pausa)

De lá para cá tem um programa de regularização muito grande. Vereador Milton Leite, só 10% conseguiu a regularização. Aqueles que estão regularizados ganharam outro nome. Ele está regular, por exemplo, como zona mista ambiental. Ou seja, a atividade de comércio é permitida, e o imóvel está regular, Mas isso só 10% de um território que representa 12% da cidade como um todo. Isso é pouco. Por que é pouco? Porque custa muito caro, e o Governo não teve a capacidade de investir na regularização fundiária, as ocupações foram

crescendo, e estamos correndo atrás do rabo. Essa é a verdade.

Agora, temos uma chance de trabalhar melhor tudo isso, buscando aproximar a realidade da Lei de Zoneamento. Nada vai ser votado às pressas. Nós vamos ouvir muito, o máximo que pudermos, para que possamos contemplar São Paulo com uma lei, absolutamente, aplicável.

Para encerrar – e guardem bem isso: tudo aquilo que pode ser construído numa zona que já está ali, a partir da lei é autoaplicável, já está valendo. Então, se alguém tem um comércio numa área hoje, onde antes não podia, e essa lei disser que pode, ele poderá buscar a sua regularização.

Alguns ajustes acontecerão no futuro com outras situações que são os planos de bairro, planos regionais e, eventualmente, até uma lei de anistia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Agora, vamos ouvir os amigos presentes. Cada orador terá três minutos para falar.

O primeiro a falar será o Sr. Manoel Reis Silva, da Periferia Ativa M'Boi Mirim.

O SR. MANOEL REIS SILVA – Bom dia, gente. Sou Manoel Reis Silva, da Periferia Ativa.

Gostaria de saber dos Srs. Vereadores, porque é fácil falar da Estrada da Baronesa, mas e o Fundão, as ruas em que não temos esgoto? Ninguém fala disso? Só falam de melhorias nos lugares que já estão melhores, mas e os lugares de onde as pessoas não conseguem sair para trabalhar porque não têm ônibus, metrô? Será que isso não é uma vergonha para nós? Só falarem de lugares mais bonitos, onde já estão construídos? E o que está sem construir fica para lá?

Gente, vamos olhar a nossa situação. É muito feio o que estamos passando hoje. Moro na Rua Itapoá, Chácara Flórida. É uma vergonha: não temos esgoto, saneamento básico, algum; só temos água por vontade da Sabesp, porque pelo Governo e o Prefeito, não temos

nada. Não temos ônibus. Ando vinte minutos para pegar um ônibus. Isso é uma vergonha.

Eu gostaria que vocês olhassem para a gente e para essa lei que estão fazendo, mudando várias coisas sem consultarem os moradores. É o morador que tem que saber o que está acontecendo. O que está acontecendo aqui hoje 1% do bairro sabe. Deveria ser comunicado, panfletado e falado melhor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Obrigado, Manoel.

A próxima é a Sra. Dalva Maria de Oliveira, do MDM.

A SRA. DALVA MARIA DE OLIVEIRA – Bom dia à Mesa e a todos.

Estou aqui representando o MDM e vou ler uma proposta que o MDM fez:

“Defesa das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social.

O Movimento pelo Direito à Moradia, MDM, participou de todos os debates do Plano Diretor aprovado em 31/07/2014, Lei 16.050. Além disso, também acompanhou as audiências coordenadas pelo Executivo, quando defendeu a manutenção e ampliação das ZEIS.

Entendemos que essa é a única forma de garantir terras destinadas à Habitação de Interesse Social, combatendo assim a especulação imobiliária que afasta trabalhadores de áreas com boa infraestrutura urbana.

Sendo assim, defendemos, nesse ciclo de debates promovido pelo Legislativo, a manutenção de todas as ZEIS conquistadas e demarcadas no atual Plano Diretor.

Vimos, também, manifestar a nossa contrariedade ao PL 157/2015, que a Prefeitura de São Paulo enviou para análise da Câmara Municipal de São Paulo, sob a justificativa de regular os critérios para construção de moradia popular em Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS.

Essa proposta favorece apenas o mercado imobiliário, incorporadoras e construtoras, que passarão a ter a permissão de construir em áreas de ZEIS bem localizadas, aumentando a sua lucratividade e fazendo uma compensação que não dá nenhuma garantia

em relação à qualidade da infraestrutura dessa área, jogando, cada vez mais, famílias pobres para áreas mais periféricas da cidade.

Movimento de Direito à Moradia, MDM.”

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Obrigado, Dalva Maria.

Tem a palavra o Sr. Herbert Silva Teixeira, da Mitra Diocesana.

HERBERT SILVA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Trago um assunto recorrente não só na nossa região de M'Boi Mirim, como também nas outras partes da cidade de São Paulo. Venho falar sobre os locais de culto.

Explicando, de forma simples, hoje, sob qualquer denominação do local de culto, em boa parte não pode ser regularizado ou não pode existir, seja por uma limitação de via, de zoneamento.

Os locais de culto são caracterizados hoje como locais de reunião ou eventos, ou seja, o seu templo, a sua igreja é o mesmo que uma casa de espetáculo, um clube ou um bar. Dessa forma, ele não pode existir.

Propomos que os locais de culto sejam desatrelados aos locais de reunião, que possam, assim, existir onde há a população, um assentamento.

Na região de M'Boi Mirim há uma característica específica, como em algumas outras regiões, que é a área de manancial. Nessas áreas, na sua grande maioria, não podem existir locais de reunião porque geram um incômodo direto à população.

No entanto, a população já existe lá, está assentada naquele local, já existe a habitação. E por que não pode ter a sua igreja, a sua forma de profissão de fé? Que se limite a capacidade, a área construída, mas que ela possa existir e ser regularizada nessa área.

Os bairros da cidade, muitas vezes, crescem em torno de sua capela, de sua igreja, de sua comunidade. Não podemos nos esquecer disso.

Não faço aqui a defesa de um credo ou outro, mas, sim, de todos. Dessa forma,

pedimos a desvinculação dos templos como casa de eventos, por mais que existam algumas normas, que seja o não residencial 1, 2 ou 3, que possa ter uma forma para o local de culto.

Acreditamos que essa dissociação seja mais fácil para a regularização, para as entidades e, também, para a Prefeitura. É isso o que buscamos e é esse o assunto que colocamos em pauta.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Celso Sebastião dos Santos, da Associação do Alto Riviera.

O SR. CELSO SEBASTIÃO DOS SANTOS – Bom dia a todos e todas.

Quero agradecer a V.Exas. por nos dar a oportunidade de termos uma coisa que ninguém sabe se é verdade, porque, quando meu filho nasceu, dei para ele uma certidão de nascimento.

Hoje, os senhores estão querendo nos dar uma coisa que nem a Presidente da República vai reconhecer, porque, da base da Guarapiranga para lá até Itapecerica, a área é indígena. É uma área que nunca poderia ter nada, somente o verde. A gente chegou, fomos morando, morando, e os senhores foram deixando e, hoje, querem nos tirar.

Ontem, conversei com um amigo meu empresário. Ele me disse: “Celso, estou indo lá para baixo, por causa da Sabesp, e essa lei fez isso, isso e isso. Mas, daqui a dois meses, não vou ter mais nenhum funcionário do Alto da Riviera. Vou pegar de lá, porque não vou cobrir custos da Prefeitura.”

E aí, como nós ficamos? Praticamente, são 15 pessoas. Cada empresário mandando embora de 15 em 15 funcionários... Gente, nós somos miseráveis. Essa é a verdade.

O senhor fez uma comparação: “Vou fazer do Centro um Fundão”. Essa é uma mentira. Porque eu ganho 600 reais por mês. Como é que vou pagar uma coisa, como o pessoal do centro paga? Se você oferece um salário de 2 mil reais para quem mora no centro,

ela vai te dizer que não está passando fome. E, aqui, achamos salário de 700 ou 800 reais e ficamos felizes, porque estamos trabalhando.

Então, os senhores têm que vir, conforme a nossa situação, porque para você conhecer o Fundão, tem que morar no Fundão. Se você não conhecer aqui, não poderá falar daqui, porque não passa o frio que passamos na beira da represa. Meu filho usa três ou quatro cobertores, mesmo assim passa frio, mas estamos felizes porque estamos vivos. Estamos felizes porque não pagamos aluguel.

Hoje, essa lei foi aprovada por conta de muita invasão. A Lei de Zoneamento foi pressionada por pessoas miseráveis, que acamparam em frente a Câmara e pressionaram para ganhar a sua própria moradia. Essa não foi uma lei de vocês, foi por causa de nós.

Quero agradecer a todos e pedir que olhem com mais carinho para nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Muito bem, Celso.

Tem a palavra o Sr. Miguel José da Silva.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA – Bom dia.

Meu nome é Miguel. Quero, primeiro, fazer um comentário sobre os problemas da obra que está acontecendo no Jardim Neide. Não sei se todos estão acompanhando com atenção, inclusive os responsáveis pela obra.

Quero dizer que, naquele andamento da obra, estamos tendo problemas, porque o pessoal mexe aqui, faz aquela canalização, só que existe uma ponte. Pararam ali e deixaram tudo aberto. Agora vêm aquelas carretas com toneladas por cima daquela ponte, que está comprometida – o que é do conhecimento do Sr. Vereador Milton Leite.

Então, aquela ponte está comprometendo as casas, que podem começar a cair. Até quando o pessoal vai esperar? Porque qual é a garantia de segurança daquela obra?

Temos esse problema, e espero que vocês, com atenção às suas responsabilidades, possam sempre nos dar atenção porque não sabemos o que pode acontecer a qualquer momento.

Também quero saber e espero que corrijam, como o Sr. Vereador Milton Leite estava falando, a questão do auxílio aluguel. Será que o pessoal que for removido pode ter certeza do auxílio aluguel? Será que todo mês poderá contar com esse dinheiro? Porque iremos assumir uma responsabilidade, e o dono do imóvel que irá receber a quantia também vai contar com isso todo mês. Será que é possível termos uma garantia quanto a esse assunto, essa responsabilidade, que será dividida com outras pessoas?

Sei que vocês podem ter boa intenção para com a gente, mas vamos pensar um pouco sobre isso.

Nós somos brasileiros e independentemente da nossa condição financeira, do jeito que vivemos é só de oportunidades, mas espero de vocês o melhor, pessoal.

Obrigado pela atenção de cada um de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (GILSON BARRETO) – Nós que agradecemos a sua contribuição.

Tem a palavra o Sr. Roberto Otaviano de Carvalho.

O SR. ROBERTO OTAVIANO DE CARVALHO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de iniciar com uma reflexão. É uma pena que o Vereador Reis já tenha saído, porque ele falou que aqui só tem doutores em relação ao que estamos discutindo. O que eu gostaria de enfatizar é que esse doutoramento, de que ele falou, espero que, quando for aprovado, seja utilizado para esquecer partidos, egos e, principalmente, uma coisa que não seja partidária, que olhem a cidade como aqui informa o *slogan*: A Cidade que você ama vai ficar ainda mais organizada.

A partir do momento que esta Cidade ficar organizada, quem vai ser contra todos esses benefícios? Porque a partir do momento que estamos discutindo uma coisa fundamental para a Cidade, não pode ter essa visão de que o que vai ser aprovado eu não vou aprovar isso e aquilo outro. Os Vereadores, então, são eleitos por nós e é por isso que no início da minha fala eu falei que você não pode, então, ficar através do partido, defendendo o partido, porque o

partido dos Vereadores é o povo, que foi quem os elegeu.

Nós temos exemplos em relação ao que aconteceu no Hospital M'Boi Mirim, com relação ao terreno. Que isso não venha a ocorrer para que nós possamos realmente conseguir aquilo que é o nosso direito. Nós vemos hoje em relação às escolas. Elas não cumprem o que determina. Não pode ter bares e nós encontramos bares próximos, aproximadamente a 300 metros das escolas. Isso por causa de quê? É falta de fiscalização das subprefeituras? Quais são os interesses em manter esses bares próximos das escolas?

O avanço, na minha visão, só vai acontecer quando nós tirarmos esses egos: "Eu faço. Eu faço. Eu faço". É para fazer para a população. Já que é uma revisão da Lei de Zoneamento, que haja esse carinho, como o colega mesmo acabou de falar, em relação ao que a família dele passa. E quantas famílias não passam essa dificuldade aqui? Então é mais uma reflexão do que foi discutido para que nós possamos repensar cada vez mais esses encontros nessas audiências que existem para podermos manifestar nossos interesses. E como o Vereador Reis falou, que nós estamos aqui justamente para reivindicar tudo aquilo que nos foi prometido e é o nosso direito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença do Vereador Jonas Camisa Nova, que está aqui conosco.

Tem a palavra o Sr. Marcos Antonio da Silva, da Associação do Paruquera.

O SR. MARCOS ANTONIO DA SILVA – Bom dia membros da Mesa, bom dia a todos amigos presentes.

Quero falar sobre as ZEIS que tem totalmente uma diferença de ZEIS que é de domicílio e comercial. Algumas estão aqui que podem receber comércio, que podem fazer barulho até 50 decibéis ou 45. Som mais alto o mais baixo. Tem regiões aqui, por exemplo, Jardim Paruquera, que totalmente residencial, com comércio bem pouco e totalmente prédios do CDHU, elas estão recebendo barulho intenso de alguns comércios pequenos com alto índice de pancadão. O povo não pode dormir, sendo que tem outra área da ZEI1, que é ZEIS1,

que ela pode receber de 45 a 40 decibéis e ela é menos residencial, que é a questão, por exemplo, da José Manoel Camisa Nova, uma parte da Paruquera chegando ao campo do Sabão e as outras que são mais residenciais, que seriam o lado da Paruquera Cemitério São Luís, podendo fazer barulho até 60 decibéis. É totalmente fora do normal. Uma área mais residencial podendo receber mais barulho do que outra que é área comercial. Está totalmente errado. Tem que haver mudança.

Outra coisa, porque não sei, mas a fiscalização atualmente é horrível, não tem fiscalização para os pancadões, o trabalhador precisa dormir e cadê essa lei das ZEIS? Quem está cumprindo o poder de fiscalização dessas ZEIS na questão do som alto? Pancadão para tudo quanto é lado, em área comercial. Precisa ser mudado. A fiscalização tem que ser melhor.

Outra coisa também. O comércio local, ao redor dos prédios de CDHU. Precisa dar alvará e licença para todos esses comerciantes e uso e solo do local, porque muitos estão irregulares, fizeram comércio e estão totalmente irregulares. Precisam essas ZEIS também dar oportunidade a esses comerciantes que estão há muitos anos lá do lado da José Manoel Camisa Nova, que vários comércios estão irregulares, precisa se acertar esses comércios. E também a questão de som, de barulho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio Martinho, da Sabará Viva.

O SR. MARCO AURÉLIO MARTINHO – Bom dia. Agradeço a presença de todos, dos Vereadores que estão aqui para nos receber.

Eu vou ser bem breve. Esse projeto chegou da Secretaria para a Câmara e creio eu que foi bem pensado para atender todas as nossas necessidades. Pode ser, provavelmente, que ele não atenda e quem tem, eu julgo, a obrigação de dizer para a Câmara que essa é uma nova etapa somos nós, eles estão aqui para nos ouvir e receber tudo que cada bairro tem de necessidade. Acho que para que ele evolua, para que ele chegue no ponto que queremos, a

obrigação é nossa e não necessariamente deles. O ideal era que cada um, no seu bairro, conversasse com o seu vizinho, que batesse foto, que mapeasse, que descrevesse seu bairro, e entregasse para o Vereador da sua região, mostrasse com é seu bairro, o que cada um de nós precisa. Se a gente não fizer isso, fica muito cômodo a gente olhar para aquele mapa, essa é uma região em São Paulo, e jogar nas costas dos Vereadores a obrigação de resolver tudo isso. É muito difícil.

Eu acho que a obrigação é nossa de fazer isso. É fácil num bairro com meia dúzia de ruas, os moradores fazerem isso e levarem adiante. Então vamos dividir com eles essa obrigação de terminar essa lei bem feita para aquilo que a gente queira. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Sebastião Pereira da Costa.

O SR. SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA – Bom dia. Agradeço pela oportunidade. Estou aqui, meus amigos ali, que temos uma banquinha de roupa próxima da Avenida Cândido José Xavier e a gente queria ter mais uma segurança para que a gente trabalhasse sem medo, porque o estado de saúde, pelo menos da minha, não é muito boa, não tenho possibilidade de trabalhar em firma nenhuma, e que aqueles que estejam do meu lado ouvindo que corram atrás, porque somos cidadãos também.

São poucas as palavra que tenho. Só tenho a agradecer pela oportunidade.

Vereador Milton Leite, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Sr. João Pedro da Silva desiste. Tem a palavra a Sra. Maria José Santana Coelho.

A SRA. MARIA JOSÉ SANTANA COELHO – Bom dia. Na verdade a gente está com uma equipe que já trabalha com roupa em frente à Padaria Luciana, a gente gostaria de saber se tinha condições ou uma oportunidade de conseguir uma autorização para trabalhar. Eu não sei quem pode dar essa resposta. Em frente à Padaria Luciana, ali no Parque Santo Antonio, a gente precisa de uma autorização ou uma licença para estar trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Você faz as suas colocações e no final nós vamos responder, dentro do possível, o que for necessário.

A SRA. MARIA JOSÉ SANTANA COELHO – Então, a gente quer montar um trailer ou uma barraca para vender roupa. Já tem uma barraca de roupa, de frutas. Se tem essa possibilidade de ter a licença e não ter a possibilidade da Prefeitura chegar lá e tirar o pessoal que está trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Samuel Martins Pereira. Não está. Tem a palavra a Sra. Luciana Maria dos Santos, do Clube de Mães.

A SRA. LUCIANA MARIA DOS SANTOS – Bom dia. O meu questionamento é esse: aqui na nossa região existem mais de 300 favelas sem planejamento nenhum. Todo dia um terreno é invadido para que haja essas favelas e na maioria das vezes em áreas de mananciais. Eu gostaria de saber se com esse novo zoneamento vai resolver esse problema.

Outra coisa, se existem favelas é porque não há habitação suficiente para todos.

Outra coisa que gostaria de perguntar para os nossos Vereadores - gostaria muito que o Vereador Reis estivesse aqui, mas ele já se foi - para que vocês saibam e conheçam a nossa realidade na favela é necessário que vocês estejam presentes, não só na hora de pedir votos, não só em ano eleitoral. Eu não estou aqui para “puxar, entre aspas, saco” de nenhum Vereador, mas o único Vereador que eu vejo estar presente em nossa favela, em nossa comunidade é o Vereador Milton Leite, e eu ouvi aqui, não me recordo quem disse, que ele conhece a nossa região. Por que será que ele conhece a nossa região? Porque ele está lá, ele não tem vergonha de tocar nas pessoas, não tem nojo da população mais carente.

Então meus caros Vereadores, estejam mais presentes na nossa região para conhecer os nossos problemas, que são inúmeros. Falo aqui representando o Clube de Mães do Jardim Turquesa, Clube de Mães do Chácara Santana, da Dorinha, que a gente está lá junto com essa população, a gente sai da nossa casa, sou professora, mas vou na casa dos meus alunos. A maioria deles vive em comunidade carente, precária, infraestrutura nenhuma.

Então estejam presentes para que vocês conheçam a nossa realidade e vocês conheçam nossos problemas para que tentem resolver. Sei que não é possível resolver todos, mas estejam mais presentes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registrado. Tem a palavra o Sr. Atevaldo Magalhães Lima.

O SR. ATEVALDO MAGALHÃES LIMA – Bom dia, Srs. Vereadores. Gostaria muito de hoje poder estar dando um abraço em cada um de vocês, mas, infelizmente, a região do M'Boi Mirim, o nosso Fundão, o Bananal, vocês esqueceram, porque lá existe pai de família, trabalhador, crianças necessitadas bebendo água contaminada. Divulgaram uma placa lá de 393 milhões e umas frações. Algum dia foi feita a obra? Isso é uma vergonha pessoal. Eu gostaria muito de hoje estar podendo abraçar cada um de vocês. E peço encarecidamente a cada um de vocês, em exceção o Sr. Vereador Milton Leite que esteve lá há dois anos e prometeu e em pouco tempo a construtora estava lá dentro. Mas, infelizmente, a obra está parada, não tem nada feito. Agora eu pergunto a cada um de vocês, por quê? Fui eu que parei se a necessidade é minha? A necessidade é das crianças que estão lá dentro. A necessidade pessoal, aqui na Paulista, cada metro quadrado de 600 milhões de reais é fácil fazer, é fácil executar para o rico, mas para o pobre é difícil e é feio. Sabem por quê? Porque não divulga em jornal. Não divulga de jeito nenhum, infelizmente. E nós estamos aqui à míngua no Fundão, esquecidos.

Essa lei, é lógico que é bom, é louvável a lei de zoneamento, mas desde quando se cumpra a necessidade do pobre, não do rico, porque o rico já tem, pessoal. O rico já tem como se manter, o pobre não tem. O pobre é necessitado, o pobre trabalha hoje para comer amanhã, enquanto suas crianças vivem à míngua, todo mundo aqui. Por que não fazem um levantamento aqui no Bananal, Vera Cruz? Porque quando chega no dia da votação é fácil, a gente vai lá e faz a nossa parte como cidadão. Como cidadão a gente faz a nossa parte, agora, infelizmente, é uma vergonha que nenhum deles está fazendo a parte que são obrigados a

fazer aqui no Fundão, no Bananal. O Bananal está lá com um mundo de crianças sendo contaminadas dia após dia. Alguma vez o Governador foi lá se apresentar? O Governador foi lá mostrar as crianças que estão necessitadas? Eu não lembro. O único Vereador que esteve lá até hoje foi o Sr. Milton Leite. O motivo da obra não ter andado eu não sei, o que sei é que quando a burocracia está no meio tudo é enrolado, tudo é difícil.

Mas gostaria de ver cada um dos Vereadores colocando os pés na lama, assim como nós. Assim que chegam os nossos impostos e não os pagamos, a Prefeitura nos manda uma multa, e somos obrigados a pagar. Se não pagarmos o nosso nome irá para o Serasa, mas a Prefeitura e os Vereadores não cumprem com as suas obrigações. A nossa Constituição diz que é obrigatório o fornecimento de água, luz e o esgoto, e isso não temos.

Desculpem-me.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O senhor falou muito bem. Parabéns.

Tem a palavra o Padre Jaime.

O SR. PADRE JAIME – Saúde a todos e a todas.

Olhando para a nossa região, constatamos que muita coisa já foi dita. O nobre Vereador Police Neto falou a respeito do desenvolvimento desta região.

Somos M'Boi Mirim. Somos uma grande cidade, maior que muitas capitais por aí. Enfim, foi uma região que nasceu não de planos ou de projetos, mas nasceu da necessidade de mão de obra barata. Então, acho que o que temos de pedir agora é que essa história bonita de M'Boi Mirim, esta região bonita, seja respeitada. Acho que é isso o que temos de fazer. E muitos que estão aqui hoje também trabalharam no Plano Diretor de 2004, que ainda não saiu do papel. O que muito foi pedido naquele Plano Diretor foi a criação de polos de desenvolvimento para a região.

Temos grandes problemas de mobilidade e de acessibilidade em nossa região e pedimos para que sejam retomados aqueles polos de desenvolvimento e já indico três locais: o

terreno em torno do Vale do Sol; o terreno em torno do Hospital do M' Boi Mirim e o terreno da fábrica, para que sejam declarados como de utilidade pública. Que sejam criados polos de desenvolvimento para atender a população.

Espero que seja respeitado o meio ambiente desta região, havendo harmonia entre as moradias e as áreas de mananciais. Precisamos de moradia e das áreas de mananciais. Também precisamos que o povo seja respeitado.

Vamos em frente. Somos um povo de coragem. Já conseguimos muito e vamos conseguir mais ainda.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. José Jailton da Silva, do Fórum Viva Fundão.

O SR. JOSÉ JAILTON DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Nós que fazemos parte do povão, que brigamos por saneamento básico, por energia elétrica, não temos a mesma capacidade técnica dos nobres Vereadores, dos técnicos e dos funcionários da Prefeitura. Mas o mais importante é que aprendemos, nessa discussão toda, é a luta que foi feita pelos movimentos sociais, principalmente pelos de moradia.

Aqui, em M'Boi Mirim, temos uma experiência muito emblemática que é o Acampamento Nova Palestina. Aqui não se produz quase nada. Agora está saindo um conjunto habitacional aqui ao lado, por conta de uma obra viária. Temos outros conjuntos muito timidamente já feitos aqui no Parque Europa. Mas se pegarmos do Menininha até o Fundão, não vejo nenhum canteiro de obra voltado para a construção de habitações para as quase três mil famílias que estão recebendo o auxílio aluguel, na região.

Enquanto cidadão, sou favorável a esse zoneamento. Aquilo que seria somente um parque, em frente ao atual Parque do M'Boi Mirim, agora poderá ser ocupado por habitações. Temos de entender que o ser humano também faz parte do meio ambiente e há muitos ambientalistas radicais que entendem que a árvore é mais importante que o próprio ser

humano. Os dois são importantes. O que adianta um lugar lindo se não houver ninguém para apreciá-lo? Então, o Nova Palestina veio também para mudar essa lógica. Ali terá um parque municipal, como estava previsto, e também terá gente morando do lado do parque. Então, acho que isso é importante defender.

Queria convidar os 55 Srs. Vereadores a visitarem mais os bairros. Por exemplo, lá no Bananal não há nenhum equipamento público. Então, também carecemos de creche, de centro comunitário. Sabemos que, às vezes, o orçamento da Prefeitura é curto, mas os Vereadores podem destinar emendas para esses equipamentos, assim como foi feito para a UBS Vera Cruz.

Espero que os Vereadores estejam mais presentes no dia a dia da população, para encontrarmos a solução para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Fabiano Leite.

O SR. FABIANO LEITE – Bom dia. Meu nome é Fabiano Leite. Sou aluno de Mestrado da Universidade São Paulo, morador e sobrevivente da região.

Tenho uma proposta, na linha do Padre Jaime, a quem parabeno por suas propostas. Há, realmente, um terreno na Fazenda Porteira Branca, onde poderia muito bem ser construído um centro de educação ambiental e uma universidade federal para alunos da região, com cursos de Ciências da Terra e Biomedicina.

O segundo ponto é com relação às áreas de proteção de mananciais, porque não está clara a proposta. Certa vez, em minha pesquisa de Mestrado, ouvi uma pessoa falando que manancial, antes de mais nada, é vida e, se é vida, é gente. Então, tem de haver uma proposta concreta, porque não se resolverá problema de manancial sem se resolver a questão habitacional. Tem de se tocar na ferida. Tem de se quebrar essa questão da propriedade privada, com a Lei de Função Social da Terra, que ficou quase como uma lenda e, praticamente, não é aplicada.

Outro ponto diz respeito à mobilidade urbana. É louvável corredor de ônibus. É algo

muito interessante, mas os corredores não dão conta. A única saída para M'Boi Mirim é uma linha de Metrô que ligue, minimamente, o Jardim Ângela ao Centro da Cidade. A população não aguenta mais viver nessa situação caótica.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria dos Anjos da Silva, do Grupo Amigos Fé e Luz.

A SRA. MARIA DOS ANJOS DA SILVA – Bom dia a todos.

Moro na região do M'Boi Mirim, no chamado Fundão. Gostaria de pedir aos Parlamentares, com todo respeito, para que olhassem mais para essa Lei do Zoneamento. Que a lei olhe para as pessoas que serão retiradas das áreas de risco e para aquelas que já estão aguardando o bolsa aluguel. Que seja criado um projeto de moradia para essas pessoas próximo ao local de onde elas foram retiradas.

Outra coisa: parques lineares. Estamos vendo que estão sendo ocupadas as nascentes e não há fiscalização. Nossa represa já está com o nível de 70%. Já estão tirando a água da Guarapiranga para a Paulista e não estamos vendo nenhum cuidado com as nascentes.

Também gostaria de saber por que alguns Parlamentares estão falando contra o Plano Diretor. Já moro na região há quase 40 anos e antes não podíamos nem fazer um “puxadinho” em nossa casa porque morávamos em área de manancial. Hoje, já há quase 300 mil pessoas morando nessas áreas e acho que já passou da hora de definir o lugar em que podemos morar, dando-nos o direito à regularização fundiária e não pensar em retirar as pessoas e jogá-las em qualquer lugar. Já estamos abandonados aqui há 25 anos. Precisamos até ir para as ruas para construírem a Ponte do Capela.

Peço aos Vereadores, com todo respeito, que visitem a área para verem a carência. Temos 31 mil crianças fora da creche e da escola, porque nos dizem que não podem ser feitas creches e escolas em área de manancial. Isso é uma vergonha para quem diz que vivemos em

uma “pátria educadora”. Quem elege os políticos é o povo. O povo tem de ser respeitado e ouvido.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem, dona Maria.

Vamos ouvir a mensagem do nobre Vereador Jonas Camisa Nova.

O SR. JONAS CAMISA NOVA – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto e o nosso grande líder da região, nobre Vereador Milton Leite.

A participação de vocês é muito importante nessa fase de audiência pública para a Lei de Zoneamento, até para que se possa conhecer mais a região.

Ainda acho que a nossa subprefeitura tem de abrir as portas para a população. O Subprefeito tem de ouvir a população, para que fique mais fácil para nós.

A nossa função é ajudar a população, mas também trazer orçamento para cá. Precisamos conhecer as dificuldades para que a gente possa brigar lá, para que se consiga trazer mais orçamentos para cá.

Não vou me estender muito, porque viemos para escutar a população as reivindicações de cada um de vocês.

Parabéns por esta aula de cidadania. A todos os Vereadores – Police Neto, Gilson, Paulo Frange – e demais presentes um bom final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Todos os inscritos falaram.

Vou passar a palavra ao Relator do projeto, Vereador Paulo Frange, para faça alguns comentários, e, em seguida, passarei aos outros amigos.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – Resumindo, uma boa parte dos problemas

apresentados fazem parte da atividade do Executivo, e com certeza absoluta a subprefeitura vai poder receber essas informações e buscar solução para esses casos – e o Vereador Milton Leite vai acompanhar também, ao lado dos demais Vereadores presentes. A proposta de inclusão de orçamento com emendas é sempre bem-vinda, mas precisa também chegar até a Câmara.

Queria aqui abordar muito rapidamente um assunto que foi colocado pelo Roberto Carvalho: a responsabilidade do Município na fiscalização.

Essa lei traz um desenho do solo absolutamente claro, é compatível com o atual solo que está aqui, mas, se não tivermos a oportunidade de fiscalizarmos muito bem, perderemos todo o trabalho.

Foi feita uma audiência pública na Câmara. Os agentes vistores estiveram lá. Hoje São Paulo tem menos de 400 agentes vistores para a cidade inteira. Uma parte da subprefeitura tem de cinco a sete fiscais, e estamos precisando de um concurso público para, no mínimo, mais mil, para que possamos começar o ano que vem com a lei aprovada e com alguém que possa fiscalizar. Senão vamos perder tudo aquilo que foi colocado em termos de mananciais, e também se vai perder no tempo. Essa lei vale até 2029. Não podemos perder isso.

A Maria dos Anjos falou dos mananciais. Temos essa preocupação. Temos de cumprir a Lei dos Mananciais, que existe desde 75. Mas a Lei de Uso e Ocupação do Solo para essa região, Maria dos Anjos, tudo que está na região dos mananciais, a ocupação que já existe, na Lei de Zoneamento, o coeficiente de aproveitamento não ultrapassa 50%. Portanto, mantém-se a permeabilidade, para que não se agrida esse solo, para que não se impermeabilize esse solo.

A Dalva falou da manutenção de ZEIs, que já estão incluídas no mapa, e estamos de acordo. A ideia não é tirar as ZEIs dos mapas. O PL 157 passou na Câmara, não passou aplaudido pela Comissão de Política Urbana, com certeza, uma boa parte dos membros não

participou com entusiasmo desse assunto. Acho que não foi um avanço, foi um passo atrás. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano não participou da elaboração desse projeto, e nem mesmo participou da audiência pública. Não estávamos lá. Portanto, quem participou ativamente do Plano Diretor Estratégico não teve coragem de estar lá para, naquele momento, aplaudir e aprovar o PL 157.

Com relação aos problemas da Luciana, que falou do déficit habitacional. É uma verdade. Aliás, a Luciana falou junto com o José Jaílson sobre a mesma coisa, praticamente. Aqui na região um dos recursos que temos é a busca pela produção dessas habitações pela Cohab, pelo CDHU, pelo Minha Casa Minha Vida e os recursos oriundos do Fundurb, que vão para as ZEIS 3 preferencialmente. E quando vemos os mapas das ZEIS 3 – Vereador Milton falou isso agora há pouco –, a única ZEIS 3 expressiva na região está na Guido Caloi junto com os galpões industriais. É a característica das ZEIS 3.

Então estamos com o recurso que há no Fundo destinado preferencialmente para as ZEIS 3, mas a região tem principalmente ZEIS 1, algumas ZEIS 2 e ZEIS 4. E esse recurso não é preferencialmente para lá, portanto, esses recursos virão dos outros três segmentos.

O Estado e o Município hoje têm uma Parceria Público Privada. É a primeira do Brasil para que o Estado e o Município possam investir juntos. Com certeza é uma parceria de sucesso, o Secretário de Estado da Habitação, Rodrigo Garcia, está trabalhando junto com o Secretário do Município, Floriano, para que isso possa ter sucesso, o que trará aproximadamente mais 20 mil moradias para a cidade de São Paulo, construídas em Parceria Público Privada.

Herbert, da Mitra Diocesana, falou dos locais de culto. Todos os lugares que visitamos em São Paulo, estamos recebendo a mesma queixa e esse assunto está sendo tratado com muito cuidado. Tivemos uma reunião com o nosso Arcebispo e conversamos também com outras dioceses. Esse assunto será tratado no plano com responsabilidade e terá solução. E vamos dissociar essa figura de locais de cultos com atividade de convenções, não

tratando uma coisa igual a outra. Esse assunto será resolvido, o problema das igrejas que estão nos bairros e não têm a possibilidade de regularização.

Temos duas situações. Uma das igrejas evangélicas que são prédios mais novos, dos últimos 20 anos, que não têm suas regularizações, mas temos também igrejas católicas, com mais de 200, 300 anos em São Paulo e não têm suas regularizações em áreas consolidadas. Vamos tentar resolver esse problema agora na Lei de Zoneamento.

O Padre Jaime falou sobre assunto muito interessante. Quem está na Mesa conhece a região e sabe que o grande desafio da Lei de Zoneamento não é só o uso do solo. É gerar emprego onde as pessoas estão. Assim temos de buscar o que ouvimos agora há pouco, que é tentar formar as pessoas na área do meio ambiente, trabalhar por polo de desenvolvimento. E para trabalhar com polo de desenvolvimento econômico, só 6% do Município está gravado como área de desenvolvimento econômico.

Temos de trabalhar com tecnologia, portanto, temos de passar primeiro pela qualificação profissional para depois ter a oportunidade de ter atividade de polo de desenvolvimento tecnológico, com profissionais daqui trabalhando aqui. Não podemos também ficar carregando gente para outro lugar e daqui para fora. Gerar emprego aqui é um desafio sim.

Marco Aurélio, você tem aqui uma informação importante a respeito da ZCOR, na Ministro Álvaro de Souza Lima, junto ao Cemitério de Congonhas. É um assunto que vamos tratar com cuidado também. É pertinente e temos nesses corredores atividades compatíveis com área residencial, não pode construir mais do que 10 metros. E a atividade comercial atende as residências do entorno.

E por fim, o Marco Antonio da Silva que fala da regularização de algumas situações que envolvem o comércio em CDHU. Começamos esse trabalho agora, junto com a Secretaria Municipal de Habitação e vamos falar também com a Secretaria do Estado. Muitos conjuntos comerciais da cidade de São Paulo estão regulares hoje. E a atividade residencial que está ali,

quando está em uma Zona Mista de Interesse Social acaba sendo regular, mas aí temos um segundo entrave: regular de que jeito, se as pessoas têm um termo de permissão de uso porque geralmente a área não é a propriedade de quem está usando, ou muitas vezes um contrato que a Cohab está fazendo com característica de aluguel, dando recibo de aluguel.

Então vamos ter de resolver isso agora também, na discussão da Lei de Zoneamento, para que possamos compatibilizar a regularização dessas atividades comerciais dentro dos conjuntos residenciais que hoje são contemplados com a sua regularização. Há um trabalho muito grande, não vamos conseguir fazer isso sozinho. Só vamos conseguir fazer isso com a participação dos 55 Vereadores da Casa, suas assessorias e com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero fazer um agradecimento às Sras. Vera Jereissati Haddad, Presidente da Associação Cedro do Líbano, nossos agradecimentos pelo espaço; Sandra Regina Leonardo, Gerente Geral.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Bom dia, Presidente Gilson Barreto, todos e todas; quero cumprimentar o Vereador Jonas Camisa Nova, que chegou agora na Câmara e dará um reforço para a zona Sul; Vereador Police Neto, muito dedicado; Vereador Milton Leite, nosso braço direito para questões da zona Sul, e Vereador Paulo Frange, nosso Relator, com muito orgulho, que é uma pessoa dedicada e conhece muito do assunto.

É bastante importante participarmos das reuniões. Ouvi sobre a questão dos locais de culto e é um problema muito sério que precisamos corrigir na Lei de Zoneamento. A questão das creches que não conseguimos implantar porque o zoneamento não permite. Este local – Cedro do Líbano -, a pedido do Vereador Milton Leite, o Secretário Chalita esteve aqui há dias atrás, e prometeu mais um prédio aqui para atender a demanda de creche.

Há muitos problemas para corrigirmos na Lei de Zoneamento para permitir a geração de empregos na nossa região. No demais estamos atentos – todos os Vereadores da

Câmara -, mas os da zona Sul em especial, eu, os Vereadores Jonas Camisa Nova e o Milton Leite somos daqui e é muito importante que vocês tragam as demandas para podermos trabalhar depois.

Parabéns, Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange, que estão conduzindo bem esse processo. E tenho certeza que, senão tudo, mas pelo menos 90% da demanda vamos conseguir, principalmente porque o Vereador Paulo Frange é uma pessoa que tem uma sensibilidade enorme, é médico, Vereador muito respeitado na Casa e está atento a cada assunto nosso aqui da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Comunico que teremos a Câmara no Seu Bairro, dia 05 de setembro. Preparem-se, levem tudo o que quiserem falar, porque lá é o local para por a boca no trombone. Reclamar tudo o que tem direito. No mínimo, 20 Vereadores estarão lá para ouvi-los e depois a Câmara dará continuidade nas reivindicações.

Todas as segundas-feiras, na Câmara Municipal, exceto em julho, porque já fizemos uma sequência de audiências públicas, agora vamos organizar, e em agosto retomamos, a partir do dia 06. O primeiro tema será moradia popular – ZEIS. Os movimentos populares, por favor, compareçam para fazermos uma grande audiência pública.

Quero dizer que nós – os Vereadores – somos originários de comunidade também. E sabemos quando começa uma ocupação ou quando alguém compra uma área e divide em pequenos lotes, fez sua casa com dificuldade, nós conhecemos muito bem. Aqui não há Vereadores de cima para baixo. Nós saímos do chão e conhecemos a realidade de São Paulo. Por isso, nos propomos a fazer audiências públicas, porque queremos ouvir as pessoas que realmente conhecem os problemas da Cidade.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Antes de esclarecer algumas coisas, agradeço ao Cedro do Líbano, nossa Presidente Vera, o Coordenador Manoel, nossa Diretora Sandra. Só para que

saibam, o Cedro do Líbano é esta entidade que abriga mais de três mil crianças de todas as faixas etárias. É uma das maiores creches que temos na zona Sul e na cidade de São Paulo.

Alguém falava de emendas parlamentares, este ginásio é emenda da família Milton Leite, ali na frente, aqui de trás, o prédio lá da frente. Nós, em algum momento, começamos a trabalhar junto com esta entidade e fizemos emendas. Esse aqui é uma. Aquele prédio é outra e o que for preciso nós implementamos com emendas e fazemos esse trabalho conjunto.

Vereador Paulo Frange, vou responder primeiro a V.Exa., das ZEIS 3, da Guido Caloi, que faz parte do programa do Ponte Baixa e já vão iniciar as unidades complementares. Já está o programa feito para as unidades familiares que são removidas às margens do Ponte Baixa. Não só este que foi destinado da minha previsão de projeto inicial, mas como aquele ao lado da ponte, onde fica essa ZEIS 3, já há o projeto e serão iniciadas as obras que fazem parte do Complexo Viário do Ponte Baixa. Serão as unidades habitacionais complementares.

Então diria que a ZEIS 3 da Guido Caloi, no pé da ponte, já está fechada. Já tem destino e recurso. Vamos abrigar as famílias que estão com essa deficiência do auxílio aluguel. Então sobre essa ZEIS 3 está esclarecido do que se trata. As obras estão iniciadas, não há problema nenhum.

Falar ao Padre Jaime, tenho respeito a todas as religiões, mas como católico, dizer que ele reclama de uma região da M'Boi Mirim de polos de desenvolvimento. Eu dizia, na minha fala inicial: nos corredores, entre as ZEIS, mesmo em mananciais, na ZCOR A é permitido ter desenvolvimento nos corredores, mas na área mencionada, atrás do CEU, está destinada para habitação popular, para aquelas famílias que estão no bolsa aluguel, em cima do córrego, como parte da Chácara do Bananal e parte do Bombeiro.

O que está acontecendo naquela área atrás do CEU da Estrada dos Funcionários Públicos? Aquela parte toda está destinada para isso. Já são mais de quatro mil unidades só do lado de cá e que estão no programa de mananciais. O problema é que por dificuldade de verba e promessa da Presidente Dilma, que não disponibilizou as verbas do PAC mananciais

para abastecer de recursos para execução dessas obras, tanto para a canalização de água, esgoto, pavimentação e habitação em área de mananciais, a Presidente infelizmente parou por falta de dinheiro e também o Prefeito Haddad.

Também não houve a colaboração do Governador Geraldo Alckmin, através do CDHU, que também tem de entregar cerca de oito mil unidades no convênio total. Todos os governos estão em débito com a nossa região, Aqui não cabe mais a desculpa, Vereadores, de que não há concorrência pública, não há contrato. Já há contrato, já há a área e o projeto, o que não tem é dinheiro, para que os senhores saibam. Tudo o que estão falando, tanto para Guarapiranga ou Billings, os governos Alckmin, Haddad e Dilma não deram dinheiro. O contrato, a concorrência e o projeto existem. O que falta é dinheiro.

As providências, este Vereador e vários outros parlamentares lutaram e a concorrência está de pé. Se abrirem os jornais de ontem vão ver: Haddad consegue liberar recursos para corredores, mas mananciais a Dilma não liberou ainda, e o Alckmin também está devendo, que ele fez um compromisso público – cobro publicamente -, não tenho dificuldade em cobrar qualquer Governo. Governo bom é aquele que executa na nossa região.

Não há que se falar que os parlamentares não trabalharam. Nós trabalhamos nas concorrências, colocamos o projeto de pé, licenciamos as áreas, só falta o recurso. Mais nada. Não há desculpa mais de não fazer, tanto a Chácara do Bananal, o Corpo de Bombeiros, Cerejeiras, Chácara Bandeirantes e Aracati. O Deputado Alexandre Leite está colocando 3,5 milhões de emenda para fazer o principal. Deve começar em breve, esse recurso já está liberado para mananciais. Estamos colocando 3,5 milhões de emenda federal, porque a Dilma, o Haddad e o Alckmin não deram. Aqui não há perdão para nenhum Governo.

Na emenda do Deputado Alexandre Leite, colocamos um dispositivo no orçamento que permitisse a aplicação das emendas. Cortaram as emendas no meio, era 7,5 milhões do Deputado Federal Alexandre Leite. Sobraram 3,5 milhões que serão aplicados lá. Já estão destinados para o Fundão, para a Chácara Bandeirantes, perto da Favela da Mandioca,

subindo naquela região que está um caos. Vamos fazer. Não havia dinheiro. O que sobrou de dinheiro para o Deputado está destinado para lá.

Chamo a atenção dos senhores para o zoneamento. Há um hospital que pouca gente conhece, o Hospital Nossa Senhora do Bom Caminho, na Riviera, Estrada dos Mananciais. Nós recuperamos o hospital. Aplicamos cerca de 1 milhão de reais por ano lá, porque o Governo e a Câmara dos Deputados fez o seguinte: são 15 milhões, a metade é para a Saúde e foi destinado 1 milhão para o Hospital Nossa Senhora do Bom Caminho; 1 milhão para o Hospital do M'Boi Mirim e 1 milhão para o Hospital Cruz Verde, todos para o tratamento de dependentes químicos. O Vereador Paulo Frange, que é médico, sabe que não temos nenhum retorno político, mas não deixamos de aplicar 1 milhão que está liberado para aqueles hospitais. São dois hospitais na região que estão no manancial e nós vamos liberar isso. Agora das emendas, das respostas em particular, Nossa Senhora do Bom Caminho temos de prever uma exceção, porque é um hospital beneficente, mas não é de direito público, é privado. Temos de prever a manutenção e o zoneamento que permita lá a continuidade sem problema de regularização. Porque está dentro da área de proteção, APP. Só que está mais de 70 anos lá. Antes da Lei de Mananciais ele já estava lá. Ele tem direito adquirido. Eu vou preservar os direitos desse hospital naquela região. Não se pode remover aquele hospital que cuida de dependentes químicos e mentais daquela região. Não vamos permitir que mexa com aquela entidade. De maneira nenhuma. Essa é uma resposta.

A Dalva reclamou do PL 157. Tem deficiências. Foi feito, foi votado, tornou-se lei. Liberou as ZEIS, em especial vai atender o templo do Rei Salomão, mas outros também. Mas em parte a crítica da senhora tem razão. Em parte tem, em parte não. Em parte foi corrigido.

O Sebastião e a Maria José são comerciantes ambulantes que estão atuando de forma não regular e clamam pela regularização. Esse será um trabalho que minha assessoria vai encaminhar, junto à Prefeitura do Município de São Paulo, se é possível trazer ao mundo da legalidade do direito. Não dá para trabalhar com o fiscal a sua porta toda hora, querendo

arrastar sua mercadoria.

A UBS dos Funcionários Públicos, também foi emenda nossa, minha em particular, apoiada pelos outros, na Estrada dos Funcionários.

Acredito que basicamente, Srs. Vereadores, são essas as respostas. Mas o macro da região dos mananciais. Toda a região dos mananciais, tanto Guarapiranga e toda parte da orla dela, dos dois lados dela, tem contrato, tem projetos para tocarmos as obras, tanto canalização de córregos, remoção das famílias, verba para auxílio aluguel decente, não essa que está aí, está previsto no projeto de lei e na obra, da lei que fizemos e na licitação que foi feita, está pronto. Falta só o governo fazer o seguinte: empenhar recurso. Não tem mais o que ser feito. São 18 lotes de concorrência pública que todo ano brigo na Câmara Municipal de São Paulo, junto com esses vereadores que aqui estão, para colocar recursos, para desenvolver essas obras. Infelizmente estão paradas. A resposta é hoje para esses que reclamam das obras em todo o manancial, não precisa fazer projeto. Tem tudo pronto. É colocar dinheiro e tocar. Não tem desculpa. Os três governos estão comprometidos. As habitações dos mananciais, grande parte delas, nesse convênio assinado é sim, para os mananciais. O compromisso do governo com convênio. É o CDHU que tem de fazer, então Governo de Estado. No Parque Mananciais? É colocar dinheiro para tocar essas obras. A senhora reclamou. Com razão. Ninguém está tirando a razão. Temos de reconhecer. O que falta hoje lá? Colocar o dinheiro. Não falta projeto, não falta concorrência, não falta nada. Estamos no limite. E no orçamento fica o nosso compromisso, meu e dos Vereadores da região, vamos colocar recursos de novo. Vamos aportar porque precisa.

Nobre Vereador Gilson Barreto, Presidente desta audiência, peço a ciência de V.Exa., porque as reuniões aqui parece as reuniões que são feitas em Cuba, são demoradas. Porque demandam o esclarecimento, senão o povo sai nos xingando. Senão esclarece, eles xingam com razão. Precisamos dar explicação necessária.

Parabéns Sr. Presidente, e parabênizo os Srs.Vereadores presentes, e digo que

iremos encaminhar - vereadores da região – propostas de alteração do zoneamento conjuntamente para a região. Vamos construir uma proposta de alteração conjunta para essa região. Não só para a Cidade Ademar, Capela do Socorro, região de M' Boi Mirim e Campo Limpo, toda a região de Santo Amaro. Faremos essa modificação e encaminharemos à Câmara Municipal de São Paulo. Quero tranquilizar a população. Não permitiremos aqui na região da M' Boi Mirim o carimbo daqueles bairros que já estão consolidados, certos, que estão desenvolvidos, não tem mais o que fazer, não ficará com o carimbo de ZEIS. E aqueles que são ZEIS temos de preservar e garantir essas ZEIS que são ZEIS que demandam isso. As ZEIS que criamos no Plano Diretor, não estamos fugindo aqui dos ditames legais do Plano Diretor, estamos dentro das diretrizes do Plano Diretor. Tudo que estamos defendendo está estritamente previsto no Plano Diretor. Colaboramos para isso, e tenho a tranquilidade de dizer a todos que as mudanças que faremos são passíveis de ser aceitas dentro do Plano Diretor votado. O que não vamos permitir é que o zoneamento fatie e prejudique nossa população. Isso não!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Agradeço a exposição de V.Exa. Agradeço a Sra. Tania Ciquini, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, pela sua exposição, pela colaboração. Muito obrigado. E transmita à Secretaria nossos agradecimentos. Quero agradecer ao nobre Vereador José Police Neto, ao nobre Vereador Milton Leite, conhecedor profundo do assunto, aos Nobres Vereadores Ricardo Nunes e Nobre Vereador Jonas Camisa Nova.

Passo a palavra ao nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, uma breve ponderação em uma questão acredito ser fundamental, de um esforço que devemos fazer. A reunião do dia de hoje não contou, pela primeira vez, com o Subprefeito. Acredito ser um prejuízo sem tamanho a população se deslocar das suas casas para vir para cá e o Subprefeito da região, aquele que

tem que dialogar com essa população, debater com ela, não estar presente.

Nesse sentido quero fazer uma sugestão, que façamos um esforço para que os subprefeitos venham, porque veja só, a população sai de suas casas, vem para cá, traz a demanda, informa de como tem de ser a alteração e o Subprefeito, que é aquele que tem de batalhar por aquilo que a população quer, não vem para a reunião. Então fazer um esforço para que os subprefeitos venham nas reuniões para que eles também se sintam encorajados pela população que vem aqui e fala quais as mudanças que têm de ser produzidas. Se não houver uma relação entre a comunidade e local e o prefeito da região, dificilmente avança do ponto que está. Então exigir dos subprefeitos que venham às audiências.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registrado a ausência do Sr. Subprefeito, e lamentamos. O projeto não é do Vereador Gilson Barreto e nem dos Srs. Vereadores presentes, mas da Cidade de São Paulo, encaminhado para a Câmara Municipal de São Paulo por obrigação. Por lei, o Executivo é obrigado a encaminhar.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a sexta audiência pública da revisão Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. E às 14 horas estaremos na Cidade Ademar.

Estão encerrados nossos trabalhos.